



VOL. 6 | N. 11 | JAN/JUN DE 2020 | ISSN 2359-4489

DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS: RELAÇÕES E DINÂMICAS ENTRE PORTUGAL, ÁFRICA E AMÉRICA (SÉCULOS XVII - XIX)

Açúcar brasileiro na África Portuguesa

O caso dos recifenses de Moçâmedes

Frederico Antonio Ferreira¹

Resumo: O artigo busca analisar o episódio de dois grupos de luso-brasileiros que migraram, com a ajuda do governo português, da cidade de Recife para a região sul de Angola em 1849. Dentro do novo modelo colonial implantado pelo governo português na África eles tentaram estabelecer um sistema de cultivo de cana-de-açúcar baseado na grande propriedade e na força de trabalho escrava de forma muito similar à que ocorria no Nordeste do Brasil. Tal episódio mostra tanto as interações políticas, econômicas e sociais entre o novo modelo colonial português e o Brasil Império e as diferentes formas de interações existentes entre Brasil, África e Portugal na metade do século XIX.

Palavras-chave: Recife, Angola, Portugal.

The Brazilian Sugar in Portuguese Africa

The case of Moçâmedes Recife men

Abstract: This article seeks to analyze the episode of two groups of Luso-Brazilians who migrated with the help of the Portuguese government, the city of Recife for the southern region of Angola in 1849. Under the new colonial model implemented by the Portuguese government in Africa they They tried to establish a system of sugarcane cultivation based on large properties and the workforce slave in a very similar way to what happened in the Northeast of Brazil. This episode shows both the political, economic and social interactions among the new Portuguese colonial model and the Empire Brazil and the different forms of interactions between Brazil, Africa and Portugal in the mid-nineteenth century.

Keywords: Recife, Angola, Portugal.

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Mestre em História (UFRRJ). Pesquisador do Laboratório de Economia e História – LEHI/UFRRJ. Arquivista Chefe do Setor de Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro. E-mail para contato: arquivistafred@gmail.com.

Antecedentes

A história da migração na segunda metade do século XIX é um aspecto importante para a compreensão da formação do Brasil e sua composição atual. As políticas de atração e fixação de imigrantes alemães, italianos, espanhóis e portugueses, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, estão relacionadas tanto a substituição da força de trabalho escravo quanto a política de embranquecimento desenvolvido pelo pensamento racista / evolucionista em voga no país neste período². Apesar disso, este momento importante da História do Brasil geralmente foi entendido sob uma perspectiva que compreende o Velho Mundo como dispensor de populações e o Brasil como receptor. Um fenômeno exclusivo da história das relações Brasil- Europa, desvinculado quase que por completo dos contatos Brasil-África.

Trezentos anos de fluxo de produtos, culturas, ideias e pessoas – de modo voluntário ou involuntário – entre o Brasil e a África não desapareceriam por completo após a proibição jurídica do tráfico de escravizados em 1850 por parte do Império do Brasil. Durante a segunda metade do século XIX, assuntos como migração e escravidão, relações com os países limítrofes na Bacia Platina e com o mundo atlântico, ou entre o desenvolvimento agrícola e a industrialização, antes de serem temas antagônicos e excludentes, eram complementares na dinâmica política do II Reinado.

Parte dessa complementaridade está expressa neste artigo que busca analisar o episódio no qual grupos de luso-brasileiros, no início do II Reinado, migraram do nordeste brasileiro para o extremo sul das possessões portuguesas na África Centro-Occidental, em meio às agitações sociais no nordeste brasileiro no final da década de 1840 (Revolução Praieira)³. Ele insere o Brasil na dinâmica do II Império Português, período no qual o

² Política de atração de migrantes caucasianos – especialmente da Europa Central e do Sul – desenvolvidas entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Esse movimento populacional deveria tanto atender a demanda crescente por mão de obra para a produção agrícola quanto contribuir para que se alterasse as características fenotípicas negras de grande parte da população por meio da miscigenação. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³ Praieiro: membro do Partido Liberal em Pernambuco, participante da Revolução Pernambucana de 1848, chamada de Revolução Praieira. Também conhecido como “guabiru” e “miguelista” (FAUSTO, 2012).

governo de Lisboa inicia uma série de esforços no sentido de superar a secessão de suas colônias na América e tornar as possessões africanas seu principal projeto colonial⁴.

Ao mesmo tempo em que este postulado apresenta o Brasil como dispensor de população para a África, busca demonstrar uma faceta pouco abordada pela historiografia brasileira que é a da integração, nem sempre harmoniosa, entre migrantes vindos de Portugal e populações locais no Brasil e na África.⁵ Este processo de deslocamento social entre pessoas, produtos e ideias pelo Atlântico Sul possibilitaram a criação de uma cultura híbrida que integrava elementos lusitanos, brasileiros e africanos no sul das possessões portuguesas na África Centro-Occidental na segunda metade do século XIX.

Valendo-nos da análise de documentos guardados pelo Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro, órgão que custodia os registros documentais concernentes às relações internacionais brasileiras entre o século XIX e primeira metade do século XX, e em literatura acerca do início da colonização da região de Moçâmedes – atual Namibe – no sul do litoral angolano, busca-se entender como que as interações atlânticas entre diferentes populações dentro nesta região possibilitaram a criação de vínculos sociais e culturais que contribuíram para manter vivas as ligações entre estas duas margens do Atlântico.

A cidade de Recife era a capital da então província de Pernambuco. O centro urbano ocupou lugar de destaque desde o período colonial por ser um dos principais portos de exportação do açúcar produzido na região, importante porto de recepção de escravizados vindos da África⁶ e por ter lutado contra o domínio holandês (1637-1654). Com uma população de aproximadamente 70 mil habitantes⁷, era uma das principais capitais do nordeste brasileiro e foi palco de diversos motins e rebeliões deste o período colonial⁸. Em 1848 estourou na cidade da chamada Revolução Praieira (1848). As mudanças políticas geradas pela centralização monárquica do início do II Reinado, somados às más condições de

⁴ DIAS, Jill. "Angola" In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. (Coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa (Volume X): O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p. 190-378.

⁵ GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

⁶ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁷ BRITO, Luciana da Cruz. *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. Tese (Doutorado). História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2014.

⁸ Conspiração dos Suassunas (1801), Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1824).

vida da população e a influência da onda revolucionária que varreu o mundo ocidental na década de 1840⁹ levaram ao movimento que abalou o início do reinado do jovem Pedro II¹⁰.

O porto de Recife era um dos principais da região, contudo a atividade comercial, a manufatura e o artesanato na cidade eram marcados pela supremacia dos comerciantes provenientes de Portugal. Apesar da independência política do Brasil em 1822 sua presença ainda era grande em Recife no final do final da década de 1840. Aproximadamente 6.000 lusitanos controlavam o comércio varejista na província, contratando 12.000 caixeiros, na maioria das vezes seus conterrâneos, o que na prática excluía os locais do comércio varejista¹¹.

Em sua maioria, os nascidos na Europa provinham do norte de Portugal, jovens solteiros e em busca de melhores condições de vida¹². Muitos destes vieram para o Brasil durante as décadas de 1830 e 1840. Ao se estabelecerem na cidade se associavam a outros patrícios já residentes e passavam a atuar no setor varejista e de crédito¹³. Com o tempo constituíam famílias no Brasil e se integravam a dinâmica local. Além destas levas de pessoais originadas em Portugal que se dirigiam a Pernambuco em busca de uma vida melhor, havia também aqueles que migraram por questões políticas. Com a vitória dos liberais na Guerra Civil Portuguesa (1826-1836), a perseguição aos partidários do absolutismo (miguelistas) fez com que muitos destes buscassem asilo no Brasil.¹⁴

Sem levar em conta as causas locais e mesmo nacionais que levaram a Revolução Praieira em Pernambuco, ou da aparente amizade que reinava entre as cortes de Lisboa e do Rio de Janeiro¹⁵, as relações entre os nascidos em Portugal e aqueles nascidos no Brasil na

⁹ Primavera dos Povos ou Revoluções de 1848 foi a série de movimentos revolucionários surgidos na Europa no final da década de 1840 que se contrapunham as tradicionais monarquias europeias. Os movimentos protestavam sobre temas diversos como os regimes autocráticos, as crises econômicas, a pouca representatividade política das classes médias urbanas assim como a defesa dos movimentos nacionalistas. Exemplos destes movimentos são a queda do rei Luís Felipe da França e o estabelecimento da II República Francesa e a organização dos Estados da Europa Central contra o Império Austríaco e o início da Unificação Italiana (RAPPORT, 2008)

¹⁰ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

¹¹ MOSHER, J. C. "Political mobilization, party ideology and lusophobia in Nineteenth-Century Brazil Pernambuco, 1822-1859". In: *The Hispanic American Historical Review*. 80 (4). 2000, pp. 881-912.

¹² LEITE, Joaquim da Costa. "O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)". In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Editora Memorial/Edusp/Funag: 1999, p. 177-200.

¹³ Ibid

¹⁴ POSPÍŠILOVÁ, Martina. *A luta entre os liberais e absolutistas na vida e obra de Almeida Garret*. 58 f. Monografia (Licenciatura). Faculdade de Letras. Departamento de Letras Românicas e Literatura. Língua e Licenciatura portuguesa. Universidade Masaryk. Brno: 2009

¹⁵ CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

primeira metade do século XIX, estava longe de refletir a dinâmica da chamada retórica da afetividade¹⁶. Essa presença crescente de migrantes – tanto em Pernambuco como em outros lugares da antiga América Portuguesa - acabou por somar-se aos conflitos próprios das diversas regiões do Brasil.

As origens deste sentimento antilusitano remontava, por sua vez, ao período colonial. Desde o século XVIII, as hostilidades eram intrinsecamente relacionadas à oposição à coroa portuguesa¹⁷. Com a vinda da corte para o Rio de Janeiro, em 1808, este sentimento se consolidou. Os lusitanos recém-chegados passaram a ocupar a maioria dos cargos de comando civis, militares e mesmo eclesiásticos em detrimento dos residentes na América, o que aumentava o sentimento de revolta nas populações locais¹⁸.

Com as lutas pela emancipação política em lugares como Bahia, Pará, Pernambuco e mesmo na Cisplatina (Uruguai), esse movimento de oposição se organizou em torno dos chamados “partido português” e do “partido brasileiro”. A independência política da América Portuguesa fez com que as manifestações de antilusitanismo, até então restritas a causa emancipacionista, servissem como fator de coesão dentre as diferentes regiões brasileiras. Ela se tornou um dos primeiros instrumentos de reafirmação da nacionalidade nascente¹⁹.

Com a abdicação do primeiro imperador do Brasil em 1831 e o início do período regencial, ocorreram mudanças quanto a significação desta oposição aos nascidos em Portugal e os nascidos no Brasil. Mesmo com a morte de Pedro I e o fim das esperanças do chamado “Partido Regressista”²⁰, o sentimento de oposição aos nascidos na Europa e na América não arrefeceu. Do foro político, ele se deslocou para os aspectos econômicos e sociais²¹. Diversas revoltas provinciais do período regencial brasileiro (1831-1840), vão ter na oposição aos nascidos em Portugal um elemento comum. Tais movimentos combinavam descontentamento social com sentimentos de lusofobia²². Revoltas como a Cabanagem no Grão-Pará (1835-

¹⁶ GONÇALVES, op. Cit.

¹⁷ SOUZA, Ricardo Luiz. “O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”. In: Politeia: História e Sociedade. 5 (1), 2005. p. 133-151; RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

¹⁸ RIBEIRO, op. Cit.

¹⁹ Ibid

²⁰ Partido Regressista era o nome dado ao grupo político conservador que defendia o retorno do imperador Pedro I, que desde 1831 retornou a Portugal, como a única forma de conter a escalada de agitações políticas que se avolumavam no interior do império (MOREL, 2003)

²¹ SOUZA, op. Cit.

²² Idem

1840), assim como na Bahia durante a Sabinada (1837-1838) trazia entre suas reivindicações a proibição da presença portuguesa no comércio e a sua expulsão²³.

O sentimento antilusitano seguiu vivo mesmo após o término das Revoltas Regenciais e assumiu um aspecto ainda maior no Recife da Revolução Praieira (1848). O sentimento antilusitano representava na sociedade brasileira uma ideia de rejeição ao colonialismo português e a elementos culturais vistos como antiquados e retrógrados. Um padrão contrário ao modelo progressista e modernizador representado pela presença de franceses, britânicos e alemães e que crescia no Brasil pós-independência²⁴.

Apesar de todo este antagonismo entre grupos nascidos no Brasil e em Portugal, importante frisar que tais posições não eram estáticas e não plenamente definidas até o final da primeira metade do século XIX. Muitos portugueses nascidos na Europa aderiram ao movimento independentista da América Portuguesa²⁵, assim como muitos indivíduos originados no território americano lutaram na Guerra Civil lusitana²⁶. Tudo isso demonstrava que apesar do distanciamento político entre as cortes do Rio de Janeiro e de Lisboa ou dos sentimentos de oposição existente entre parcelas da população residente no Brasil ou em Portugal, as interações entre essas populações se mantiveram e o conceito do que era ser português ou ser brasileiro não claro.

A crise econômica e a disparidade de oportunidades entre aqueles nascidos em Portugal e aqueles nascidos no Brasil elevou a tensão social na capital pernambucana no final da década de 1840. Jornais e revistas repercutiam as animosidades crescentes entre comerciantes vindos da Europa, chamados de “luzos” e a população locais, apelidada de “marotos”²⁷. Todo esse clima de conturbação social foi agravado pelas mudanças políticas locais. A elevação do jovem Pedro II ao trono do Brasil, em 1841, e o processo de centralização política que se seguiu, causaram mudanças na política regional. A exoneração do presidente da província, o político liberal Chichorro da Gama (1880-1887), e o estabelecido do conservador Manuel de Sousa Teixeira (1785-1861) em junho de 1845,

²³ Idem

²⁴ Idem

²⁵ Idem

²⁶ POSPÍŠILOVÁ, op. Cit.

²⁷ QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. São Paulo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

somadas a sua política de remoção completamente os liberais do poder, foi o elemento que acabaria por levar a deflagração da chamada Revolução Praieira²⁸.

Os políticos liberais, alijados do poder provincial, somam-se a população insatisfeita e, no início de novembro de 1848, tomam às armas e iniciam uma revolta de grandes proporções contra o governo central e os grandes comerciantes nascidos em Portugal – que controlavam o varejo – e senhores de engenho nascidos no Brasil – os principais donos das terras – vistos como os grandes opositores do bem-estar da população. Tem lugar uma série de atos de vandalismo contra os comerciantes da cidade. Estabelecimentos comerciais foram depredados e alguns negociantes “luzos” ou a ele vinculados foram assassinados. Os *praieiros* ao assumirem o poder na província confiscaram seus estabelecimentos comerciais e decretaram sua expulsão de Pernambuco²⁹.

Como reação a revolta, e diante da incerteza quanto a seu futuro em Pernambuco, muitos dos portugueses procuram auxílio junto ao governo português. Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, em nome de mais de uma centena de migrantes vindos de Portugal pediu auxílio ao consulado lusitano. Diante do terror impresso pelos “marotos” e da falta de perspectivas no Brasil, ele sugere que a realocação do grupo em qualquer outra parte do vasto império colonial português. O assunto foi levado pelas autoridades diplomáticas ao Palácio das Necessidades, sede da chancelaria portuguesa, em Lisboa³⁰.

Durante as décadas de 1830 e 1840 a emigração para o Brasil não causava preocupação às autoridades de Lisboa³¹. A repercussão em jornais lisboetas da perseguição e morte no nordeste do Brasil chamou a atenção da opinião pública. Rapidamente o parlamento passou a pressionar a coroa no sentido de prestar algum auxílio a estes súditos no além-mar³². Inicialmente a ação do governo de Lisboa foi a de acionar seus representantes no Império do Brasil de modo a cobrar do governo proteção a seus patrícios. Chegou-se a cogitar o envio de navios de guerra à costa brasileira (AHI: 214/2/6). No entanto, uma atuação mais direta junto ao governo do Rio de Janeiro ou mesmo alguma ação envolvendo belonaves em uma das

²⁸ SILVA, R. J. C. da S. “Subsídios para a História da Colonização do Distrito de Moçâmedes durante o século XIX: capítulo I”. In: *Revista Studia*. 32, 1971, p. 371-378.

²⁹ Idem

³⁰ Idem

³¹ CERVO E MAGALHÃES, op. Cit.

³² FELNER, Alfredo de Albuquerque. Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1960; SOUZA, op. Cit.

principais cidades do país poderia reacender o temor de conflitos armados havidos a menos de trinta anos quando da independência brasileira.

A nova fase do Império português na África

A solução encontrada pelo governo de Lisboa para aplacar a pressão do parlamento e dos periódicos, atender ao pedido dos luso-brasileiros e que não ofendesse a soberania do Império do Brasil foi a de removê-los e reinstalá-los nas possessões na África Centro-Ocidental. A coroa portuguesa, custearia a viagem, garantiria a segurança da jornada até a África e ainda garantiria o sustento nos primeiros tempos e a instalação dos colonos na nova terra³³.

Em 23 de maio de 1849, cerca de 180 luso-brasileiros, sendo 116 homens, 39 mulheres e 25 crianças liderados pelo professor Bernardino Abreu e Castro, deixaram Pernambuco rumo à África, embarcando na barca brasileira “Tentativa Feliz” e escoltados pelo brigue de guerra “Douro”³⁴. Após mais de dois meses de travessia, as embarcações entraram na baía de Moçâmedes³⁵. Diante da importância do fato, o próprio governador-geral de Angola a época, Acácio Adrião da Silveira Pinto foi dar boas-vindas aos colonos recém-chegados³⁶. Essa efusiva recepção por parte das autoridades locais portuguesas demonstra que antes de ser um ato isolado e irrefletido, o socorro aos luso-brasileiros resgatados em Recife fazia parte de uma dinâmica mais ampla e de significado estratégico para o império português na África, atender a demanda por colonos se valendo do crescente fluxo de emigrantes lusitanos que partiam para o Brasil.

Após um longo período de Guerra Civil (1832-1836), a nova elite política portuguesa – de viés liberal – procurava refundar o império colonial, agora sem suas possessões americanas. Nesta nova configuração as posses na África Centro-Ocidental ganharam relevância e se converteram no principal projeto colonial português³⁷. Buscava-se a integração de modo mais efetivo à economia metropolitana, transformando-as de fonte de gastos para

³³ FELNER, op. Cit.

³⁴ Idem

³⁵ Idem

³⁶ Idem

³⁷ ALEXANDRE, Valentim. "A viragem para a África". In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 68-85.

gerador de lucros de modo que contribuísse de forma mais ativa na balança comercial do país³⁸.

Para levar a cabo uma missão tão elevada, o Estado colonial português se esforçou por reconfigurar a colônia angolana dentro de uma nova concepção econômica liberal. Para tanto, buscou meios para melhorar a gestão e incentivou o surgimento de novas atividades econômicas. Elas deveriam ao mesmo tempo substituir o papel do tráfico humano – que tinha no Brasil seu principal mercado consumidor – e produzir gêneros agrícolas ou produtos minerais com demanda internacional³⁹. Neste espírito, empenhou-se por estender a área sob o controle português tanto para o sul, no sentido do deserto da Namíbia, assim como para o norte, rumo a foz do Zaire – que neste período já era uma área de intensa movimentação comercial (DIAS, 1998; WHEELER & PÉLISSIER, 2013)⁴⁰.

A reorganização da economia colonial não seria uma tarefa fácil nem rápida. Ao fim da Guerra Civil Portuguesa a economia metropolitana estava sem condições de fazer os investimentos necessários. Os negociantes portugueses, que em sua maioria havia participado do conflito, também se encontravam descapitalizados⁴¹. O governo-geral de Luanda tinha como uma de suas principais metas, buscar formas de dinamizar a economia local sem contar com grandes investimentos metropolitanos nem com o auxílio dos, antes ricos traficantes de escravizados, também em crise com a diminuição do fluxo atlântico de cativos⁴².

Para se levar a cabo um projeto de tão grandes proporções seria necessário, além de investimentos financeiros, o estímulo à colonização. O governo central incentivava a transferência de populações portuguesas para suas possessões africanas. Promessas de terras em abundância, financiamento e outros recursos necessários para a instalação eram propagados de modo a convencer as populações metropolitanas a que se transferissem às possessões na África centro-ocidental⁴³. Porém, mesmo com estes grandes incentivos, levas cada vez mais significativas de lusitanos deixavam sua terra natal rumo ao Brasil. Ele foi destino de quase 90% dos migrantes que deixavam Portugal entre 1855 e 1914⁴⁴.

³⁸ DIAS, Jill. "Angola" In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. (Coord.). Nova História da Expansão Portuguesa (Volume X): *O Império Africano* (1825-1890). Lisboa: Editora Estampa, 1998, p. 190-378.

³⁹ Idem

⁴⁰ DIAS, Op. Cit; WHEELER, Douglas. PÉLISSIER, René. História de Angola. Lisboa: Tinta da China, 2013.

⁴¹ DIAS, op. Cit.

⁴² WHEELER & PÉLISSIER, op. Cit.

⁴³ Idem

⁴⁴ LEITE, op. Cit.

Diante da precariedade financeira do Estado Português e da escassez de colonos, novas iniciativas foram colocadas em prática. Dentre elas estava a de levar parte da população nascida na metrópole e migrada para o Brasil para as possessões na África⁴⁵. Desde 1839, diante do pedido do governador geral de Angola, Antônio Manuel de Noronha (1772-1860), ao cônsul português em Recife, de que contratasse luso-brasileiros envolvidos no negócio do açúcar para auxiliar na implementação de engenhos nas proximidades de Luanda⁴⁶ a ideia de transferir emigrados portugueses ganhava forma. Esse movimento no sentido de cooptar luso-brasileiros transcendeu a década de 1840 e não ficou restrito a Pernambuco. O que não passou despercebido aos representantes brasileiros em Portugal.

Exemplo disso foi um ofício de 20 de janeiro de 1874, onde o chefe da legação brasileira em Lisboa, o Barão de Japurá, comunicava que o parlamento português debatia naquele período uma representação enviada por súditos portugueses residentes na província brasileira do Pará que solicitavam auxílio para migrarem para a África (AHI: 214/2/6). Neste documento, havia a menção aos recifenses migrados para o sul de Angola. O ministro anexou um recorte de jornal que trazia, dentre outras coisas o seguinte trecho:

“Como todos sabem, existe há tempos n’essa província do norte do Império do Brazil uma conspiração e guerra declarada pelos nacionais contra os nossos infelizes compatriotas, devida a causas de interesses mesquinhos e vinganças particulares, o que obrigou grande parte d’estes últimos em número de 300 pouco mais ou menos a implorarem socorro e proteção ao governo da mãe pátria, pedindo para serem transportados para as possessões da África portuguesa, e ahí formarem um núcleo de uma colonia à imitação da de Mossamedes, que leve igual principio e mesma causa(...)” (AHI:214/2/6).

Em meio às prospecções do governo central português sobre as possibilidades de alocação destes luso-brasileiros refugiados da Revolução Praieira, o mesmo Silveira Pinto informava ao ministro da Marinha e Ultramar que a melhor localização possível para os assentar seria a região de Moçâmedes. Área recém-conquistada pelos portugueses ao sul de Benguela e às franjas do deserto da Namíbia⁴⁷. O novo povoamento deveria voltar-se para a produção de cana-de-açúcar. O governo colonial de Angola se comprometia a construir engenhos e a financiar a ida de alguns técnicos brasileiros para pô-los em funcionamento⁴⁸.

⁴⁵ DIAS, op .cit.

⁴⁶ Idem

⁴⁷ SILVA, op. Cit.

⁴⁸ FELNER, op. Cit.

No entanto nem todos os que embarcaram em Recife aceitaram instalarem-se no sul de Angola, parcelas significativas do grupo original que deixou o nordeste brasileiro instalaram-se no comércio das cidades de Luanda e Benguela e seguiram atuando como comerciantes assim como já faziam no Brasil⁴⁹. Em julho de 1849, os migrados chegaram às terras destinadas a eles no sul de Angola. Logo os engenhos de açúcar foram montados e os colonos vindos do Brasil. Grandes plantações de cana-de-açúcar se valendo da força de trabalho de mulheres e homens em situação de escravidão. Estas unidades se voltaram para produção de rum e aguardente – este último ainda muito utilizado na aquisição de pessoas no interior do continente – da de açúcar para exportação⁵⁰. Replicava-se o modelo produtivo utilizado no Brasil

As boas novas enviadas ao Brasil pelos colonos luso-brasileiros migrados em maio de 1849, incentivaram outra leva de imigrantes a deixarem a capital pernambucana rumo ao sul de Angola⁵¹. Em outubro de 1849, cerca de 145 luso-brasileiros – grupo que continha homens, mulheres e crianças – chefiados desta vez por José Joaquim da Costa partiram na embarcação “Bracarense”, também escoltada pela marinha de guerra lusa, rumou para a Moçâmedes e foram instalados em áreas próximas às do primeiro grupo⁵².

A prática de assentar populações externas a África Centro-Occidental no extremo sul de Angola não foi algo que ocorreu exclusivamente com os luso-brasileiros de Recife. Populações originárias de outros pontos do continente, da metrópole, das ilhas atlânticas, do Brasil e mesmo de áreas externas ao domínio lusitano foram instaladas entre o sul de Benguela e as franjas do deserto da Namíbia – região recém-adquiridas pelo Estado Colonial Português. Tudo isso em uma região já habitada por grupos originários distintos entre si e mais ou menos integrados a sociedade luso-africana. Do diálogo – nem sempre pacífico – entre estas diferentes saber, tradições e culturas formou-se uma cultura rica e variada que

⁴⁹ RODRIGUES, Cristina Udelsmann. “Migrações luso-brasileiras para a África portuguesa no século XIX e a criação de novos espaços urbanos e sociais em Angola: algarvios, madeirenses e brasileiros no sul (Moçâmedes, Sá da Bandeira e Cunene)”. In: FERNANDES, José Manuel; PINHEIRO, Maria Lucia Bressan (Coords.) *Portugal, Brasil, África. Urbanismo e arquitectura: do ecletismo ao modernismo*. Lisboa: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, 2012. p. 157-170.

⁵⁰ WHEELER & PÉLLISSIER, op. Cit.

⁵¹ RODRIGUES, op. Cit.

⁵² FELNER, op. Cit.

transcende suas matrizes originais e formaram uma identidade nova a chamada Cultura Quimbare⁵³, a qual analisaremos mais à frente.

A área já era utilizada no desembarque de muitas pessoas resgatadas de navios negreiros interceptados pela marinha portuguesa no combate ao tráfico de almas na década de 1840. Outros grupos africanos capturados como prisioneiros de guerra pelas forças coloniais também eram ali instaladas⁵⁴. Dentre os colonos vindos da metrópole, a maioria era proveniente dos Algarves e dedicados à pesca. Eles chegam a região em 1843 e mantiveram-se no ramo náutico⁵⁵. Outros grupos vindos da ilha da Madeira se instalaram mais ao interior e se dedicaram a agricultura⁵⁶. Bôeres vindo do extremo sul do continente passaram a residir no interior, com permissão para o livre exercício da fé protestante, eles chegaram num período próximo aquele de assentamento dos madeirenses⁵⁷.

No entanto, as vastas áreas ao sul de Benguela não eram desprovidas de população originária. Para além de todos estes colonos externos à região diversos grupos tradicionais africanos já ocupavam aquela área. Ao contrário de outros espaços da atual Angola, as populações residentes no sul de Benguela eram bastante diversificadas. Em linhas gerais, eles podem ser divididos entre o grande grupo étnico Banto e o Khoisan⁵⁸.

Dentro do agrupamento banto mencionamos os Ovibundos, (também chamados de Nbundos, Bumbos ou Hereros), que habitavam a faixa litorânea. Em torno do rio Cunene – distrito de Huíla que faz a fronteira atual entre Angola e Namíbia – estavam os Nhaneca-Humbe. No interior, havia os Ba-Ngambue (também chamados de Ganguela ou Gambos)⁵⁹.

Os Khoisan era um agrupamento étnico que habitava o sul-sudeste africano. Apesar de compartilhar algumas características físicas e linguísticas com os Bantos, diferenciavam destes por serem nômades e por não cultivarem a terra⁶⁰. Eles se estendiam pelo deserto da Namíbia e em áreas para além do rio Cunene⁶¹. A ocupação sistemática de vastas áreas por

⁵³ SOARES, Francisco Manuel Antunes. Crioulizações internas: processos de transculturação nos Bantu angolanos in: *Almanack*, nº.08. Guarulhos: Unifesp, 2014. p.84-103.

⁵⁴ DIAS, Op. Cit.

⁵⁵ RODRIGUES, op. Cit.

⁵⁶ Idem

⁵⁷ DIAS, op. Cit.

⁵⁸ REDINHA, José, *Etnias e culturas de Angola*, Luanda. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1975.

⁵⁹ Idem

⁶⁰ DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

⁶¹ Idem

colonos subordinados a Portugal em áreas inteiras dos territórios, antes controladas por eles, não foi evitada de conflitos e contradições em vários níveis não apenas com os povos locais, como também entre os próprios colonizadores⁶². Populações originadas do Algarves se opunham aos brasileiros, madeirenses entravam em choque com os boêres e tudo isso ocorria em um ambiente no qual o conflito com as populações tradicionais que habitavam a região se acentuava⁶³.

Os avanços promovidos pelo governo colonial ou pelas dinâmicas próprias dos grupos imigrantes acabaram por contrapor-los às sociedades tradicionais que ali habitavam. Tanto os grupos bantos como os khoisan foram afetados direta ou indiretamente por estes movimentos. Expulsos de suas terras, econômica e socialmente destruídos, infectados por novas doenças, mortos em combate ou mesmo integrados econômica e socialmente à nova dinâmica instalada pelo império colonial português, alguns sobreviventes foram assimilados a sociedade luso-africana que ganhava forma⁶⁴.

Em 1856, o soba dos Gambos que habitavam o interior passou a opor-se ao poder colonial lusitano e a ameaçar os comerciantes e as autoridades nas cidades próximas. O governo geral de Luanda enviou tropas para abafar o movimento. Sem sucesso, os atritos se estendem para regiões próximas ao rio Cunene, área de presença Nianeca. O movimento só foi erradicado em 1857⁶⁵. Apesar da ausência de uma oposição formal e organizada ao poder colonial por parte dos poderes locais tradicionais, os conflitos cotidianos ocorridos entre comunidades locais pastoris e agricultores migrados acirrou a desarmonia entre os diferentes grupos e acabou por exigir das autoridades coloniais atuação enérgica, o que acirrava ainda mais os conflitos⁶⁶.

Este episódio da transferência de grupos de luso-brasileiros da América para a África Portuguesa, além de evidenciar uma faceta pouco comum das relações entre Brasil e o império colonial português demonstram a circulação de recursos, produtos, saberes, culturas e ideias entre Portugal, Brasil e Angola. A interação desta miríade de populações, muitas vezes díspares entre si, possibilitou mais do que a soma de diferentes culturas, mas o desenvolvimento de novas técnicas produtivas, de novos saberes, de hábitos e ideias que

⁶² WHEELER & PÉLISSIER, op. Cit.

⁶³ DIAS, op. Cit.

⁶⁴ DIAMOND, op. Cit.

⁶⁵ PÉLISSIER, 1997.

⁶⁶ Idem

viriam a ser fundamentais para a o estabelecimento do modelo produtivo que viria a ser utilizado dentro do neocolonialismo europeus sobre a África após 1885.

A cana de açúcar brasileira na África Portuguesa

A transladação das populações vinda do Nordeste brasileiro para Angola e a implantação de métodos e técnicas utilizados no outro lado do Atlântico serviu de base para a instalação da cultura da cana-de-açúcar na África Portuguesa. Apesar de já ser produzida nas possessões na África Centro-Occidental desde o século XVIII⁶⁷, a escolha pela implantação da cultura de cana-de-açúcar em larga escala não era um fato desconectado da realidade, mas intrinsecamente relacionado ao movimento econômico internacional de produção de matérias-primas e alimentos da primeira metade do século XIX. Após passar por décadas de crise graças ao bloqueio continental imposto pelas Guerras Napoleônicas (1803-1815), os preços internacionais do açúcar de cana sofrem grandes elevações⁶⁸.

A decisão política por parte das autoridades portuguesas de incentivar a produção de açúcar para o mercado europeu não foi extemporânea. Diante do aumento da pressão britânica pelo fim do tráfico atlântico de pessoas a partir de 1815 e diante da iminência do fim do contrabando promovido pelos brasileiros pela lei de 1831, os formuladores de política externa lusitana entenderam que outras iniciativas econômicas para as possessões portuguesas na África Centro-Occidental se faziam necessárias. Neste espírito, o governo-geral de Luanda incentivou a metrópole a desenvolver a agricultura na região através da criação da Companhia de Agricultura e Indústria de Angola e Benguela em 1836⁶⁹.

A criação da companhia tinha como objetivo tirar proveito dos efeitos de uma possível diminuição do fluxo de pessoas expatriadas para o trabalho escravo no Brasil graças a Lei de 1830. Abolido o tráfico humano, isso levaria à queda na oferta de produtos agrícolas tropicais por parte do Brasil e, ao mesmo tempo, aumentaria a oferta interna de força de trabalho na

⁶⁷ FERREIRA, Roquinaldo. “Abolicionismo versus colonialismo rupturas e continuidades em Angola (século XIX)” in: GUEDES, Roberto (Org.). *África: brasileiros e portugueses*. Séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Mauad x, 2013.

⁶⁸ DIEGUES JÚNIOR, 2006

⁶⁹ DIAS, op. Cit.

província de Angola, o que abriria espaço para o Império Colonial Português na África como novo *player* internacional no fornecimento de tais produtos⁷⁰.

A companhia deveria buscar implementar o cultivo de produtos com demanda no mercado internacional tais como tabaco, café, algodão e a cana de açúcar⁷¹. Com o mercado internacional, de açúcar em expansão, o objetivo era criar novas fazendas e transformar as pequenas propriedades que cultivavam cana em unidades de produção em larga escala voltada para o mercado externo.

No aspecto econômico, a introdução do cultivo extensivo da cana-de-açúcar se utilizando do modelo levado do Nordeste brasileiro durante as décadas de 1850 e 1860 foi importante como alternativa econômica em substituição ao tráfico de almas. Sua importância fez com que o grupo de migrados brasileiros ocupassem cargos na administração colonial de Moçâmedes – Conselho Colonial e Câmara Municipal⁷².

Dentre estes migrados luso-brasileiros instalados na África Centro Ocidental em 1849 e que se valiam da força de trabalho forçado, pode-se destacar os membros da família Torres. Manuel Joaquim Torres que partira com sua esposa e duas filhas na segunda leva de migrantes, eles já eram considerados pessoas de posses no Brasil e ao chegarem à África adquiriram propriedades em localidades conhecidas como “Várzea dos Casados”, situado à esquerda do rio Bero, próximo a Moçâmedes onde plantavam cana-de-açúcar⁷³. Uma de suas filhas se casou, posteriormente, com Manuel Alves Bastos, português de nascimento. Lutou na Guerra Civil ao lado dos miguelistas e migrou para o Brasil em após 1836. Seguiu para Moçâmedes na primeira leva em 1849. Além da cana-de-açúcar tinha investimentos em áreas como comércio de marfim, pesca e extração de sal⁷⁴.

Outro homem de negócio com características semelhantes foi João Duarte de Almeida. Migrado na primeira leva a deixar o Nordeste em 1849, estabelecem-se inicialmente em Benguela e posteriormente adentrou o interior, estabelecendo-se nas proximidades de Moçâmedes (PORTUGAL, 1898). No fim do século XIX, suas propriedades foram descritas da seguinte forma:

⁷⁰ FERREIRA, 2013. Op. Cit.

⁷¹ DIAS, op. Cit.

⁷² FELNER, op. Cit.

⁷³ FELNER, op. Cit.

⁷⁴ Idem

“(...) o Púlpito do Norte, propriedade do Sr João Duarte D’Almeida, com uma voa plantação de canna, batata doce e algodão; S. João do Sul, do mesmo agricultor, é esta a fazenda mais prospera e maior d’esta região; possui uma excelente casa de habitação, capella, dependências para oficinas diversas, fabrica de queijos, cordas, esteiras; tem uma destilaria de aguardente que produz por dia uma pipa (450 litros) e uma fábrica de descarçar e enfardar algodão (...) (PORTUGAL, 1898, p. 9).

João Duarte de Almeida iniciou suas atividades na África com engenhos onde produzia açúcar para exportação e aguardente que era distribuído no mercado local⁷⁵. Com o tempo, adquiriu propriedades em outras partes de Angola, diversificando suas atividades atuando no setor de plantio de algodão, gado de corte e a coleta da urzela e da borracha, a qual comercializava diretamente com os britânicos da Edward Brothers de Liverpool (PORTUGAL, 1898). Além disso ainda participava de exposições agrícolas na Europa e mantinha contato com autoridades em Lisboa como Sá de Bandeira⁷⁶.

Apesar de que os relatos como estes das famílias Torres, Bastos e Almeida possam passar a primeira impressão de sucesso em longo prazo, tais unidades produtoras sofreram grandes reveses no decorrer dos anos que se seguiram. A falta de apoio e proteção do Estado colonial e os conflitos com as populações locais levaram muitos destes empreendimentos ao fim.

A Companhia de Agricultura e Indústria de Angola e Benguela fracassou em seu intento de estimular atividades econômicas alternativas ao tráfico de almas. Como seus acionistas, em grande parte eram traficantes de escravos, a percepção que tanto a lei que proibia o tráfico para o Brasil de 1831, como o Decreto Abolicionista português em 1836, não seriam cumpridos esvaziaram a companhia retomaram o negócio do contrabando⁷⁷.

Para além dos motivos relacionados à escravidão, há causas de outras naturezas que informam sobre o fracasso das plantações de cana-de-açúcar no extremo sul das possessões portuguesas na África Centro-Occidental. Apesar de Moçâmedes encontrar-se virtualmente na mesma latitude de Recife, possuía características ambientais bem distintas. O planalto que se ergue abruptamente circundando o litoral e os rios turbulentos tornam o acesso ao interior difícil. A proximidade do deserto torna o clima no interior seco, graças a influência da corrente marítima de Benguela⁷⁸.

⁷⁵ DIAS, op. Cit.

⁷⁶ FELNER, op. Cit.

⁷⁷ FERREIRA, 2013. Op. cit

⁷⁸ SILVA, op. Cit.

As populações originárias, como os Nhanecas-Humbes, que viviam dispersos pelo território e muitas das vezes faziam guerra com os colonos brancos que ali tentavam se estabelecer⁷⁹. Os colonos luso-brasileiros ampliavam sua atuação para áreas controladas pelos líderes locais e apesar do primeiro contato favorável logo passaram a interferir na dinâmica política dos grupos nativos gerando antagonismos e conflitos armados⁸⁰. Considerando a grande vantagem numérica dos povos Ambos e Hereros que habitavam a região e a precariedade das defesas oferecidas pelo governo-geral as guerras eram inevitáveis⁸¹.

Para além das dificuldades ambientais e sociais, os esforços iniciais empreendidos pelo governo colonial português nas plantações de cana de açúcar em diversos pontos do território da Província de Angola tiveram resultados desanimadores. A colônia, ao invés de exportar açúcar, importava o produto⁸². Os únicos engenhos remanescentes eram aqueles situados no extremo sul, na região de Moçâmedes⁸³. O fracasso do empreendimento açucareiro nas colônias portuguesas pode ser explicado pelo fato de que a produção, originalmente pensada para o mercado externo, foi muitas das vezes transformada em aguardente que era utilizado como elemento de comércio dentro da própria economia africana: como na compra de marfim ou na aquisição de mulheres e homens para o trabalho escravo⁸⁴. Porém, o próprio mercado interno de pessoas passava por profundas transformações.

O sistema de produção de força de trabalho cativo, que perdurou por séculos no interior da África Centro Ocidental, começou a sofrer mudanças no último quartel do século XIX. À medida que outras atividades econômicas – como o comércio de marfim, de ceras, da urzela ou mesmo a agricultura – ganharam força, chefes locais se voltaram para elas e passaram a negar aos colonos estrangeiros o mercadejo dos ditos “carregadores” ou o fazem com extrema dificuldade⁸⁵. Dentre as soluções para o problema, o governo colonial passou a oferecer aos colonos a tutela das pessoas resgatadas nos navios negreiros capturados pela marinha portuguesa no litoral de Angola⁸⁶. Contudo, o encarecimento da força de trabalho nas

⁷⁹ WHELLER & PÉLLISSIER, op. Cit.

⁸⁰ PÉLLISSIER, 1997

⁸¹ Idem

⁸² FERREIRA, op. Cit.

⁸³ DIAS, op. Cit.

⁸⁴ Idem

⁸⁵ Idem

⁸⁶ Idem

produções agrícolas portuguesas na África Centro-Occidental era um fato, especialmente para o setor da cana-de-açúcar e sua intensa necessidade de força de trabalho.

Dentre os emigrados saídos de Recife em 1849, nem todos se dedicaram ao cultivo da cana-de-açúcar. Assim como outros colonos ali estabelecidos, alguns se dedicaram a pesca. Alguns dos migrados luso-brasileiros de 1849 e seus descendentes conseguiram prosperar no extremo sul da Província de Angola. As ressurgências da Corrente Marítima de Benguela – responsável pela aridez do litoral – também traziam consigo uma enorme riqueza de vida marítima. Tal fato possibilitava uma intensa atividade pesqueira no litoral sul de Angola⁸⁷.

Manuel Alves de Bastos, que iniciara sua atividade na região na área da cana-de-açúcar, passou pela pecuária, marfim e por fim dedicou-se à pesca. Seus principais consumidores eram as populações do próprio litoral sul de Angola, arquipélago e São Tomé e Príncipe e principalmente comerciantes da foz do Zaire⁸⁸. Ainda no ramo pesqueiro, destacou-se o luso-brasileiro Antônio de Sousa Carneiro Lara, chegado na primeira leva de migrantes saídos de Recife em 1849. Sua companhia de pescados também se volta para o fornecimento do produto na foz do Zaire e ainda revendia madeira da retirada das margens do rio para as zonas de ocupação do extremo sul de Angola (PORTUGAL, 1898).

Por trás da história do fracasso do plantio da cana-de-açúcar em larga escala no extremo sul das possessões portuguesas no centro-oeste africano se desvela a dinâmica das mudanças próprias do capitalismo da segunda metade do século XIX e dos seus efeitos sobre a combalida economia do império colonial português. Sem uma indústria que dessa razão de ser a um vasto império colonial os políticos metropolitanos persistiam na continuidade das estruturas produtivas arcaicas buscando replicar na África o modelo de grandes proprietários rurais voltadas para a produção de gêneros tropicais. Para além da opção econômica é importante frisar o papel estruturante da escravidão possuía, seja no Brasil seja na África Atlântica Portuguesa. A relativa disponibilidade de fornecimento de força de trabalho, alimentos e terras, tanto na África portuguesa quanto no Brasil, permitiram a manutenção de técnicas agrícolas rudimentares⁸⁹.

A necessidade de novas oportunidades econômicas que viessem a substituir o tráfico de pessoas era um fator crítico para a sobrevivência do próprio império colonial português na

⁸⁷ WHELLER & PÉLLISSIER, op. Cit.

⁸⁸ DIAS, op. Cit.

⁸⁹ FRAGOSO & FLORENTINO, 2001

África, ameaçado agora pelo aumento cada vez maior da presença de outros europeus na região e na contestação da soberania lusitana sobre essas áreas⁹⁰. A necessidade de efetivar a presença do império colonial português nas regiões próximas a Benguela e Moçâmedes e de desenvolver atividades produtivas que tornassem a região economicamente autossustentável continuou pressionando o império português e só foi dirimida ao extinguir-se completamente a escravidão e seu comércio.

A utilização de força de trabalho escravo tanto pelos brasileiros migrados para Angola, como por quase todos os setores produtivos da colônia portuguesa até a metade do século XIX era um fato disseminado. Apesar da escravidão ter sido formalmente abolida nas possessões portuguesas na África em 1878⁹¹, certos estatutos estabelecidos no ordenamento jurídico português em vigor, apesar de proibir formalmente a escravidão, permitia a existência de trabalho em condições muito próximas à do trabalho compulsório, como o que ocorria no caso da figura do “Carregador”

A utilização do trabalho compulsório de mulheres e homens nas lavouras durou até o fim do século XIX e foi a base sobre a qual se desenvolveu o projeto agrícola português na região. A manutenção da exploração da força de trabalho das populações nativas foi a base da expansão tanto da cultura da cana-de-açúcar quanto de outras culturas, tanto para produção visando ao mercado externo, quanto para a produção de consumo interno. Exemplo disso era a aguardente tão necessária na aquisição de mais força de trabalho escrava junto aos chefes locais⁹². Esta prática contribuiu decisivamente tanto para a manutenção do trabalho compulsório durante as últimas décadas do XIX em Angola⁹³, assim como para a fixação dos estabelecimentos coloniais europeus na região de Benguela, Moçâmedes e franjas do Kalahari⁹⁴.

⁹⁰ PINTO, F. Latour da Veiga. *Le Portugal et le Congo au XIX e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

⁹¹ DIAS, op. Cit.

⁹² WHEELER & PÉLLISSIER, op. Cit.

⁹³ VELLUT, 2010

⁹⁴ WHEELER & PÉLLISSIER, op. Cit.

Interações Atlânticas

Portugueses migrados e radicados no Brasil que se transferem, com ou sem ajuda estatal para África Portuguesa para possessões lusas na África⁹⁵, assim como africanos ou afrodescendentes que livres de sua situação de escravidão retornam para diversos pontos da África (GURAN, 2000; SOUZA, 2008), contribuíram enormemente para que os contatos sociais entre as duas margens do Atlântico Sul se mantivessem ativas.

O exemplo de refluxo mais conhecido de africanos e afrodescendentes foi o caso do retorno dos ex-escravizados, que entre o fim da década de 1830 os primeiros anos da década de 1840 se instalaram sobretudo no litoral da atual Nigéria⁹⁶. A historiografia tradicional considera que, com o fim do tráfico de escravos, os contatos entre o Brasil e a África (Atlântica) tenham se reduzido brutalmente ou mesmo desaparecido⁹⁷. Esta ideia traz implícita a noção de que as relações entre os dois lados do Atlântico Sul se restringiam à escravidão, esquecendo dos vínculos econômicos, familiares, culturais e mesmo religiosos que ligavam as duas margens não poderiam ser facilmente desfeitos pela letra fria da lei de 1850⁹⁸.

As ligações comerciais estabelecidas entre a África, Brasil e Europa, por meio do comércio de almas, acabaram por gerar conexões sociais e culturais transatlânticas cuja importância foi comumente subestimada⁹⁹. Tais vínculos descritos para os movimentos entre a Baía de Todos os Santos e as cidades portuárias da Costa dos Escravos não são exclusivos destas regiões. Os diferentes graus de envolvimento entre diversos grupos de cidades como São Luís do Maranhão¹⁰⁰ e a Guiné Portuguesa, Recife e Luanda e mesmo Rio de Janeiro e

⁹⁵ DIAS, op. Cit.

⁹⁶ GURAN, Milton. *Os Agudás, os brasileiros do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; VERGER, Pierre Fatumbi. *Fluxo e refluxo: tráfico de escravos entre Benin e a Bahia*. Salvador: Corrupio, [1987]. 2002; SOUZA, Mônica Lima e. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil 1830-1870*. 106 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

⁹⁷ COSTA E SILVA, Alberto da. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: João Sá da Costa, 1989. E RODRIGUES, op. Cit.

⁹⁸ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross Cultural Exchange in Atlantic World: Angola and Brazil during the era of the Slave trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

⁹⁹ LAW, R. ; MANN, K. "West Africa in the Atlantic Community: the case of the slave coast". In: *The William and Mary Quarterly*. 56, 1999, pp. 307-334.

¹⁰⁰ Para maiores informações entre os vínculos da região do Maranhão e a África Ocidental ver Carney (2006/2007) e Howthorne (2010).

Benguela¹⁰¹ demonstram ligações históricas, sociais e econômicas geralmente eclipsadas diante da abundância de estudos dos contatos entre baianos e iorubás e de sua quase exclusividade no enfoque voltado à dinâmica do tráfico de escravos¹⁰².

Os contatos entre portugueses, brasileiros e africanos no extremo sul da colônia portuguesa de Angola demonstra como que elementos da cultura luso-brasileira e luso-africana mantiveram influxos recíprocos na segunda metade do século XIX, criando uma cultura original. Com isso não se está afirmando a existência de uma cultura homogênea, comum a europeus, americanos e africanos, está-se querendo delimitar um *locus* de estudo no interior do qual seja possível fazer análises particularizadas de cada um dos seus elementos formadores.

A sociedade africana surgida nas costas do extremo sul do atual litoral angolano é fruto do contato entre as populações tradicionais que habitavam a região, outros grupos africanos, portugueses vindos da Europa, luso-brasileiros, luso-africanos originários das ilhas atlânticas e mesmo *africkaners*, o que criou um contexto misto¹⁰³, formando um grupo heterogêneo, de pessoas que desenvolveu uma identidade sincrética afro-portuguesa¹⁰⁴.

O episódio dos migrantes luso-brasileiros em Moçâmedes no final da década de 1840 e a implantação de um sistema produtivo de cana de açúcar para exportação, ainda que numericamente não mude o panorama geral do distanciamento crescente entre a monarquia brasileira e o império colonial português na África, demonstram a sobrevivência de vínculos socioculturais e econômicos entre estes dois lados do Atlântico Sul. Algumas destas sobrevivências foram determinantes tanto no processo de expansão do domínio luso sobre áreas próximas a Moçâmedes e decisivas na construção multifacetado cenário cultural da região que veio a dar origem a chamada cultura *quimbare*.

Estes fluxos entre o Brasil e Angola no pós-tráfico – cuja importância é costumeiramente subestimada – acaba por estabelecer um movimento de circularidade cultural entre Portugal e Brasil após o fim do tráfico internacional de escravos. As relações políticas, econômicas e comerciais entre os dois lados do atlântico sul, antes de serem um assunto exclusivo de nosso tempo, constituem um tema que possui precedentes históricos de grande relevância para a compreensão da política externa brasileira para a África. A

¹⁰¹ DIAS, op. Cit.

¹⁰² VERGER, op. Cit.

¹⁰³ SOUSA, 2007

¹⁰⁴ DIAS, op. Cit.

interrupção dos contatos após o término do tráfico de escravos em 1850, antes de ser um brusco rompimento, foi um longo ocaso.

Os contatos sociais e econômicos ocorridos entre grupos vindos de Portugal, das ilhas atlânticas, do Brasil e mesmo das regiões meridionais do continente africano acabaram por manter vivos os contatos atlânticos existentes entre o Império do Brasil e a África Portuguesa, especialmente Angola.

Dentro de uma perspectiva de que as relações internacionais são muito mais que a interação institucional entre agentes de Estado¹⁰⁵, os fluxos populacionais envolvendo indivíduos originados na Europa, no Brasil e na África serviram para manter viva essa interação entre estas duas margens do atlântico sul e são um elemento na relação entre a monarquia brasileira e o Estado colonial português. Na esteira do movimento iniciado ainda dentro do contexto do tráfico transatlântico de escravos, diversos agentes envolvidos com o vil comércio, mantinham-se em trânsito frequente entre a África Atlântica e o Brasil entre as décadas de 1830 e 1850 e com eles produtos, sistemas de produção e mesmo ideias circulavam pelo Atlântico Sul¹⁰⁶.

As interações entre os movimentos locais, regionais e mundiais em marcha no século XIX afetavam tanto o Brasil, quanto Portugal e o continente africano. Todos estes deslocamentos espalharam a cultura da cana-de-açúcar e também a do café e do cacau por diversas partes do Atlântico Sul¹⁰⁷. Esta série de eventos, ainda que de difícil percepção estatística, serviu para mostrar que, para além dos navios negreiros, houve ainda outros fluxos e refluxos entre a África centro-ocidental e o Brasil.

O episódio do traslado de luso-brasileiros da cidade de Recife, em meio a Revolução Praieira, para a região sul de Angola pelo governo português permite analisar algumas das interações existentes no Atlântico Sul durante a metade dos Oitocentos. Enquanto os estudos atlânticos geralmente se dedicam a perspectiva das interações na parte norte do oceano, tal fato demonstra a existência de outras formas de interação. O Atlântico Sul se torna assim um

¹⁰⁵ DUROSELLE, Jean-Baptiste. A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais. São Paulo: Pioneira, 1976.

¹⁰⁶ FERREIRA, Roquinaldo. "The suppression of the slave trade and slave departures from Angola, 1830s-1860s". In: História Unisinos. 15 (1), 2011, p.03-13.

¹⁰⁷ DIAS, op. Cit.

espaço de circulação e contato de pessoas, ideias, culturas e principalmente de projetos econômicos e políticos¹⁰⁸.

Enquanto tradicionalmente se consolidou a perspectiva de que a ocupação colonial europeia sobre a África no século XIX estabeleceu um rápido e radical corte nas antigas e fortes relações entre o Brasil e a África¹⁰⁹, a inserção de colonos luso-brasileiros na produção de cana-de-açúcar em Angola demonstra como as interações atlânticas vigentes na metade do século XIX foram utilizadas para a articulação e reorganização econômica e política do império português na África.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

Arquivo Histórico do Itamaraty: AHI: 214/2/6 BRASIL, 1883 (?)

BRASIL. Mappas estatísticos do commercio e navegação do porto do Rio de Janeiro organizado e publicado pela alfandega com autorização de S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda. Exercício de 1882-1883. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1884.

BRASIL. Mappas estatísticos do commercio e navegação do porto do Rio de Janeiro organizado e publicado pela alfandega com autorização de S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda. Exercício de 1884-1885. Rio de Janeiro: Typografia da Alfandega, 1886.

BRASIL. Mappas estatísticos do commercio e navegação do porto do Rio de Janeiro organizado e publicado pela alfandega com autorização de S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda. Exercício de 1885-1886. Rio de Janeiro: Typografia da Alfandega, 1887.

Bibliografia:

ALEXANDRE, Valentim. "A viragem para a África". In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 68-85.

BRITO, F. Saturnino Rodrigues de. *Saneamento de Recife*. Recife: Typ. Da Imprensa Official, 1917.

¹⁰⁸GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

¹⁰⁹ COSTA E SILVA, op. Cit.

BRITO, Luciana da Cruz. *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. Tese (Doutorado). História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2014.

CARDOSO, C. *Olumbali do Distrito de Moçâmedes*. Separata do Boletim do Instituto Investigação Científica de Angola. 3 (1), Porto, 1966.

CARNEY, Judith. African origins of rice cultivation in the Black Atlantic. In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. 27 (28), 2006/2007, p. 91-114.

CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

COSTA E SILVA, Alberto da. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.

COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. In *Estudos Avançados*, vol. 8, nº. 21. São Paulo. 1994 . p. 21-42

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

DIAS, Jill. "Angola" In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. (Coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa (Volume X): O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Editora Estampa, 1998, 'p. 190-378.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1976.

FARIA, Fábio Alexandre. O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais. In: *Revista de História da sociedade e da cultura*. 2016, p. 271- 285.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola*. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1960.

FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. In: *Tempo*. 10 (20), 2006, p. 23-49.

FERREIRA, Roquinaldo. The suppression of the slave trade and slave departures from Angola, 1830s-1860s. In: *História Unisinos*. 15 (1), 2011, p.03-13.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross Cultural Exchange in Atlantic World: Angola and Brazil during the era of the Slave trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

FERREIRA, Roquinaldo. Abolicionismo versus colonialismo rupturas e continuidades em Angola (século XIX) In: GUEDES, Roberto (Org.). *África: brasileiros e portugueses. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad x, 2013.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

GURAN, Milton. *Os Agudás, os brasileiros do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HOWTHORNE, Walter. From 'Black Rice' to Brown: Rethinking the History of Riceculture in the Seventeenth and Eighteenth-Century Atlantic. In: *The American Historical Review*. 115 (1), 2010, pp. 151-163.

KLEIN, Herbert S Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. p. 13-31.

LAW, R. ; MANN, K. West Africa in the Atlantic Community: the case of the slave coast. In: *The William and Mary Quarterly*. 56, 1999, pp. 307-334.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Editora Memorial/Edusp/Funag: 1999, p. 177-200.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da Diáspora Africana*. 4. ed. rev e ampl. São Paulo: Selo Negro, 2011.

RAPPORT, Mike. *1848: year of revolution*. New York: Basic, 2008.

MOSHER, J. C. Political mobilization, party ideology and lusophobia in Nineteenth-Century Brazil Pernambuco, 1822-1859. In: *The Hispanic American Historical Review*. 80 (4). 2000, pp. 881-912.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PINTO, F. Latour da Veiga. *Le Portugal et le Congo au XIX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

POSPÍŠILOVÁ, Martina. *A luta entre os liberais e absolutistas na vida e obra de Almeida Garret*. 58 f. Monografia (Licenciatura). Faculdade de Letras. Departamento de Letras Românicas e Literatura. Língua e Licenciatura portuguesa. Universidade Masaryk. Brno: 2009.

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. São Paulo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

REDINHA, José, *Etnias e culturas de Angola*, Luanda. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1975.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann. “Migrações luso-brasileiras para a África portuguesa no século XIX e a criação de novos espaços urbanos e sociais em Angola: algarvios, madeirenses e brasileiros no sul (Moçamedes, Sá da Bandeira e Cunene)”. In: FERNANDES, José Manuel; PINHEIRO, Maria Lucia Bressan (Coords.) Portugal, Brasil, África. *Urbanismo e arquitectura: do ecletismo ao modernismo*. Lisboa: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, 2012. p. 157-170.

SEIBERT, Gerhard. Novos elementos para a história da introdução do cacau na África. Disponível em < <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=12770>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, R. J. C. da S. Subsídios para a História da Colonização do Distrito de Moçâmedes durante o século XIX: capítulo I. In: *Revista Studia*. 32, 1971, p. 371-378.

SOARES, Francisco Manuel Antunes. Crioulizações internas: processos de transculturação nos Bantu angolanos in: *Almanack*, nº.08. Guarulhos: Unifesp, 2014. p.84-103.

SOUZA, Ricardo Luiz. O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade. In: *Politeia: História e Sociedade*. 5 (1), 2005. p. 133-151.

SOUZA, Mônica Lima e. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil 1830-1870*. 106 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SOUZA, Ioneide Piffano Brion de. MACHADO, João da Mata. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*, Rio de Janeiro: FGV, 2015.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Fluxo e refluxo: trafico de escravos entre Benin e a Bahia*. Salvador: Corrupio, [1987]. 2002.

WHEELER, Douglas. PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2013.